Além da vigilância, esse monstro ameaça nos devorar

Arnaldo Francisco Cardoso*

A incorporação das mídias sociais digitais, em especial das redes sociais, no cotidiano das sociedades, desde algum tempo vem ocupando crescente espaço nas agendas acadêmicas e políticas, especialmente no tocante aos seus impactos.

Nos últimos anos, destacadamente a partir de 2016, a contínua expansão do contingente global de usuários e das sucessivas inovações tecnológicas potencializadoras de recursos, somadas a uma maior utilização dessas ferramentas tecnológicas em esferas originalmente não submetidas à lógica do mercado, como é o caso dos processos políticos eleitorais, vem gerando uma percepção em relação às redes sociais digitais como verdadeiras ameaças ao presente e ao futuro de sociedades livres.

Um dos enfoques que justificam uma tal percepção é aquele que identifica como intrinsecamente nocivas interações humanas mediadas e estruturadas por tecnologias digitais, que no caso das redes sociais, são geridas por gigantes corporações econômicas globais, cujo poder econômico transmuta-se em poder político.

Também nos anos recentes cidadãos de diferentes países passaram a ter notícia de situações em que intervenções legais e políticas com objetivos de regulação e de punição se fizeram urgentes e necessárias. Entretanto, por se constituírem em ações de caráter reativo, ad hoc, revelaram sobretudo um descompasso entre a velocidade dos avanços tecnológicos e de suas apropriações e a capacidade reguladora do Estado e da sociedade civil organizada.

Antes mesmo do lançamento comercial da internet ocorrer em meados da década de 1990 esforços acadêmicos já vinham sendo registrados nos campos da tecnopolítica e das redes sociotécnicas visando construir e/ou adequar ferramentas teórico-analíticas para a compreensão dessa realidade em mudança. Do lançamento em 1996 do livro “*A sociedade em rede*” do sociólogo espanhol Manuel Castells, que trouxe para o debate o conceito de *capitalismo informacional*, até o lançamento em 2019 do livro “*The age of Surveillance Capitalism*” (sem tradução em português) da filósofa norte-americana Shoshana Zuboff que apresenta o conceito de *capitalismo de vigilância*, muita coisa aconteceu.

No último dia 9 de setembro o lançamento pela Netflix do documentário “O Dilema das Redes” (The Social Dilemma) que apresenta de forma contundente a acelerada evolução de tecnologias digitais que tiveram expandidas suas potencialidades para a manipulação e indução de comportamentos através dos algoritmos das mídias sociais lançou luzes sobre o obscuro ambiente em que essas tecnologias tem sido aprimoradas e comercializadas. No centro do debate estão as chamadas *Five Big Techs* e seus modelos de negócios.

Reunindo informações e depoimentos de especialistas em tecnologia do Vale do Silício e ex-executivos de empresas como Google, Facebook, Twitter, Instagram e Pinterest o documentário nos coloca diante de problemas que parecem não poder ser mais relativizados.

Um dos entrevistados no documentário é Tristan Harris, que foi especialista em Ética de Design no Google. Ele nos coloca diante da seguinte constatação "se você não está pagando pelo produto, você é o produto". Reforçando essa ideia,

Jaron Lanier, especialista em realidade virtual, acrescenta que a mudança em comportamentos e percepções é o produto ofertado pelas big techs a corporações de diferentes segmentos econômicos.

A publicidade e o marketing passaram a se servir desses recursos tecnológicos, do potencial dos algoritmos, para conceber campanhas e orientar suas estratégias visando a promoção de produtos, serviços e marcas. Esse uso comercial de um inédito e rico arsenal de informações individuais traz questionamentos éticos e legais sobre proteção de dados e direito à privacidade. É bem sabido que a tecnologia nunca é neutra, e ganha suas mais nítidas formas através de seu uso. Tecnologia é conjunto de conhecimentos e procedimentos, é mais processo que artefato e, portanto, deve ser compreendida em seu contexto.

Sendo assim, parece sempre oportuno recuperar uma linha do tempo em que se encontram os avanços tecnológicos e, especialmente, os marcos sociopolíticos decorrentes de seus usos, para uma avaliação da situação presente.

Vale, portanto, lembrar que nos anos 2000 a tecnologia digital passou a ser usada por governos com o objetivo de aproximação de seus cidadãos. Iniciativas de *e-governo*, com a criação de portais, passaram a oferecer serviços e agilização de processos nas áreas fiscais, de saúde, segurança, comércio exterior, entre outras.

Em 2006 integrei um grupo de pesquisadores liderado pela professora Vera Chaia no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP para a realização da pesquisa “As novas tecnologias de informação na ação política no Brasil e na Espanha”, com colaboração de pesquisadores da Universidad Rey Juan Carlos II, de Madri. Tal projeto era pioneiro, daqueles que se inserem nas chamadas fronteiras do conhecimento, dado ao fato de haver pouca pesquisa na área e ser, na época, uma inovação o próprio uso de tais tecnologias no processo político brasileiro.

Analisávamos a estruturação de informações em sites dos principais partidos políticos brasileiros e o início da interação com filiados e potenciais eleitores através de blogs. Via-se uma possibilidade de melhorar a participação política dos cidadãos e de uma melhor prestação de contas dos mandatos de parlamentares eleitos.

Um pouco antes, em 2004 um acontecimento político singular na Espanha deu mostras das potencialidades das novas tecnologias digitais na ação política.

O atentado a bomba a quatro trens da periferia de Madri em 11 de março de 2004, que matou 191 pessoas e feriu quase 2 mil, às vésperas de eleição nacional cujas pesquisas indicavam folgada vitória do candidato do então primeiro ministro José Maria Aznar (PP) provocou além da comoção nacional uma reviravolta política que passou a ser tratada como o 14-M e no qual as novas tecnologias tiveram papel de destaque.

A oportunista tentativa de manipulação da opinião pública pela equipe de Aznar usando veículos tradicionais de imprensa (jornais e canais de TV) atribuindo precipitadamente a autoria do atentado ao grupo separatista basco ETA, provocou a revolta dos espanhóis e nos dias que se seguiram viu-se uma onda de manifestações, com as pessoas trocando mensagens de texto por telefones moveis, culminando no dia 13 com mais de 2,5 milhões de pessoas nas ruas e praças de Madri e outras 11 milhões em todo o país. O resultado foi a vitória do candidato opositor José Luís Zapatero (PSOE), com presença recorde de eleitores nas urnas.

Se no caso espanhol do 14-M viu-se o potencial das novas tecnologias na convocação e mobilização da cidadania contra os abusos do poder, é grande o contraste com a percepção hoje predominante de que é o descomunal poder dos algoritmos o fator determinante do presente, usado para a conformação de comportamentos e ações político-sociais a partir de desígnios nada transparentes de grupos econômicos e políticos descomprometidos com a ética e valores democráticos.

É comum apontarmos como a primeira campanha política que fez uso massivo das mídias digitais aquela que em 2008 levou Barack Obama à presidência dos EUA.

Em 2009, na Itália, foi sob olhares curiosos do mundo que se deu a criação do primeiro “partido digital”, num contexto de crise econômica e política. O Movimento 5 Estrelas (M5S), fruto da parceria do comediante Beppe Grillo e do empresário e expert em marketing político Gianroberto Casaleggio foi lançado – precedido por um blog especializado em campanhas virais e o V-Day, grande manifestação na Praça Maggiore, em Bolonha, em 8 de setembro de 2007, reunindo milhares de cidadãos para o grito *Vaffanculo* – com a confiança de que “a internet iria revolucionar a política, tornando possível o surgimento de um movimento novíssimo, guiado pelas preferências dos eleitores-consumidores”. (DA EMPOLI, p.45)

Sintonizado com a insatisfação popular o M5S apresentou-se como antissistema, crítico dos partidos políticos tradicionais e afirmando as virtudes de uma “democracia direta”. Em vez da filiação a partido e militância de base, comentários no blog, curtidas e compartilhamentos de posts. Esse seria o protótipo da plataforma Rousseau, que hoje o M5S ostenta como modelo de uma nova forma de participação política e cidadania ativa.

O analista político italiano Goffredo Adinolfi, doutor em História Contemporânea pela Universidade de Milão, em recente entrevista teceu a seguinte avaliação “A plataforma Rousseau dados os moldes como é exercido o voto favorece uma participação acrítica e plebiscitária. É um elemento de forte verticalização da política. De fato, é quem tem as mãos na plataforma que decide quando recorrer ao voto que só pode ser expresso de forma dicotômica sim ou não. Além disso não há um controle na contagem de votos. Por fim a plataforma não permite uma discussão horizontal entre os militantes.” (JORNAL GGN, 13/05/2020)

Quatro anos depois de seu lançamento, em eleições legislativas de 2013 o M5S obteve 25% dos votos e afirmou-se como a 3ª força política do país, junto com o PD (centro-esquerda) e o Forza Itália (centro-direita), quebrando um período (1994-2013) de vinte anos de bipolarismo.

Em 2016 o M5S já governava 18 cidades e elegeu a primeira prefeita de Roma. Em 2018 chegou ao governo federal e governou por pouco mais de um ano através de uma coalizão com a Liga de extrema-direita, liderada por Matteo Salvini. Hoje o M5S integra a coalizão com o PD que governa o país.

Numa recente conferência internacional, dias após a vitória do Sim no referendo italiano que aprovou uma reforma político-eleitoral para a redução em um terço do número de parlamentares, Beppe Grillo surpreendeu com a seguinte intervenção “Acredito na democracia direta, não no Parlamento. E os eleitos? Melhor se escolher por sorteio” (LA REPUBBLICA, 23/09/20). No contexto italiano, a combinação de invocação do “povo”, enfraquecimento da representação política, apelos de lideranças populistas e uso intensivo de redes sociais digitais, provoca mais apreensão que esperanças.

Outro marco – talvez o mais significativo – nessa história do uso das novas tecnologias digitais na ação política foi a campanha em 2016 para o referendo popular no Reino Unido sobre a permanência ou saída no bloco europeu, que culminou com a vitória da chapa “Vote Leave” conduzida pelo estrategista Dominic Cummings.

Além de centenas de artigos jornalísticos e livros já publicados sobre esse impactante acontecimento político, um documentário também produzido pela Netflix deu maior visibilidade e compreensão sobre os bastidores da campanha. Se hoje todos sabem quem venceu o referendo no Reino Unido ainda são poucos os que sabem como isso aconteceu.

Em “The Great Hack” (2019) (“Privacidade hackeada”, em português) o foco está no escândalo Cambridge Analítica, empresa especializada em traçar perfis psicológicos e buscar eleitores, contratada pela campanha em favor da saída do Reino Unido do bloco europeu.

Os algoritmos e as táticas de apelo emocional apoiadas em análises estatísticas aleatórias e na exploração de temas sensíveis foram amplamente utilizados. O uso de perfis dos usuários de redes sociais foi um recurso decisivo para o bombardeio de mensagens customizadas aos eleitores, invocando inclusive ressentimentos e rancores. Likes, cliques e compartilhamentos se tornaram fontes para a adaptação de mensagens segmentadas em tempo real. Só na última semana da campanha para o referendo, a equipe de Cummings e seu aparato tecnológico disparou um bilhão de mensagens destinadas a eleitores.

A assessoria da obscura empresa canadense de tecnologia AggregateIQ foi importante mas o que deu novos contornos para a campanha foram os milhões de dados e perfis de usuários do Facebook utilizados ilegalmente pela Cambridge Analytica, provocando posteriormente investigações, processos e multas bilionárias.

O empresário Arron Banks, um dos principais financiadores da campanha Brexit e alvo de multas por ferir regras eleitorais britânicas atacou publicamente o documentário da Netflix por retratá-lo na trama e passou a ameaçar seus colaboradores.

Visando intimidar e calar jornalistas como Carole Cadwalladr que trabalhando para a revista *The Observer* produziu matéria estampada na capa da edição de 18/03/2019 com o título “*Revealed: 50m Facebook files taken in record data breach* (Revelado: 50 milhões de arquivos do Facebook obtidos em violação de dados de registro), Arron Banks e outros ricos empresários contrariados por descobertas do jornalismo investigativo passaram a adotar a estratégia de contratar renomados escritórios de advocacia para mover processos judiciais contra jornalistas.

Como apontou o jornal britânico *The Guardian* (20/07/2019) “Freqüentemente, o espectro de uma ação legal custosa pode forçar uma retratação ou impedir que uma história seja publicada”.

Violação de leis, ameaças à liberdade de imprensa e abuso do poder econômico são algumas das marcas das ações desses agentes para os quais a democracia e o Estado de Direito só devem ser observados se forem para servi-los.

No mesmo ano de 2016 a polarizada campanha que levou Donald Trump à presidência dos Estados Unidos pôs em operação as mesmas estratégias e recursos utilizados no referendo britânico, mas desta vez sob o comando do agitador Steve Bannon. Outra vez a Cambridge Analytica (utilizando dados de usuários do Facebook) se fez presente, desencadeando posteriormente

investigações e processos. Na campanha norte-americana de 2016 a novidade ficou por conta de serviços de hackers russos contratados para a produção de fake news, teorias conspiratórias e campanhas de difamação contra opositores. É lícito observar que o resultado do referendo no Reino Unido e a vitória de Trump colocaram em funcionamento uma espécie de franquias para a orientação de campanhas eleitorais. A chegada de Marine Le Pen da extrema direita francesa ao inédito segundo turno das eleições presidenciais na França, a ascensão de Matteo Salvini com sua Liga de extrema direita ao governo da Itália em 2018, a vitória de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, todos apoiados no abuso de fake News e teorias conspiratórias, disparos em massa de mensagens a eleitores burlando a legislação eleitoral e o engajamento de milícias digitais envenenando o debate e apostando na polarização e no confronto.

Atento a isso o cientista político ítalo-suíço Giuliano Da Empoli expõe em seu livro “Os engenheiros do caos” (Ed. Vestígio, 2019) “como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições”.

No capítulo “Os ‘físicos’ e os dados” o autor nos mostra que “em termos políticos, a chegada do Big Data poderia ser comparada à invenção do microscópio. [...] o objetivo passa a ser identificar os temas que contam para cada um, e em seguida explorá-lo através de uma campanha de comunicação individualizada. A ciência dos físicos de dados permite que campanhas contraditórias coexistam em paz, sem nunca se encontrarem, até o momento do voto. No novo mundo, portanto, a política é centrífuga. Não se trata mais de unir eleitores em torno do denominador comum, mas, ao contrário, de inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos para, em seguida, adicioná-los – mesmo à revelia deles”. Da Empoli complementa “Essa profusão inédita de dados – e os poderosos interesses econômicos que ela representa – está na raiz do novo papel dos físicos [e engenheiros] na política”. (DA EMPOLLOI, p. 145)

Estudos sistemáticos sobre as relações entre tecnologia e política nas sociedades contemporâneas assim como os dois documentários abordados nesse artigo são bem-vindos dado ao potencial alcance dessas produções e importante efeito elucidativo e conscientizador, mas é certo que um efetivo enfrentamento dos problemas apontados demandará ações em diferentes frentes.

Como exposto ao longo desse artigo há evidências suficientes para a afirmação de que a liberdade e a democracia estão ameaçadas e a eficácia de uma resposta condizente, em primeiro momento, dependerá da capacidade dos Estados e das próprias sociedades civis bem como de ações coordenadas no âmbito de governança global para regular as atividades dessas gigantescas corporações nesse estágio do capitalismo em que dados comportamentais se tornaram a principal matéria-prima numa lógica de extração de excedentes comportamentais que estimulam essa nova investida de expropriação e acumulação de lucros.

Saberemos conter a voracidade desse monstro?

* Arnaldo Francisco Cardoso, cientista político, pesquisador e professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Referências:

CARDOSO, A. F. No pós-pandemia “os equilíbrios políticos podem sair profundamente modificados” avalia analista italiano. Jornal GGN, São Paulo: 13/05/2020. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/a-grande-crise/no-pos-pandemia-os-equilibrios-politicos-podem-sair-profundamente-modificados-avalia-analista-italiano/>

DA EMPOLI, G. Os engenheiros do caos. São Paulo: Vestígio, 2019.

LA REPUBBLICA. Grillo: "Credo nella democrazia diretta, non nel Parlamento. Gli eletti? Meglio se estratti a sorte". E difende Rousseau. Milão: 23/09/2020.

Disponível em:

https://www.repubblica.it/politica/2020/09/23/news/grillo_non_credito_nel_parlamento_ma_nella_democrazia_diretta_-268302537/

NETFLIX. The Social Dilemma. Jeff Orlowski, 2020.

NETFLIX. The Great Hack. Karim Amer, Jehane Noujaim. 2019.

THE GUARDIAN. Brexit funder Arron Banks threatens Netflix over Great Hack documentar. Londres: 20/07/2019. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/uk-news/2019/jul/20/arron-banks-netflix-threat-great-hack-documentary>